



TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA – CONSULTOR POR PRODUTO –

TOR/xxxx/ Nº /2024

1. Projeto OEI/BRA/21/002

2. Objetivo da Contratação

Contratação de consultoria técnica especializada, com escopo jurídico, para realizar diagnóstico de aproveitamento dos subsídios prestados pelo FNDE nos processos em que figura como requerido, ajuizados por pessoa(s) física(s), relacionados ao FIES.

3. Enquadramento

3.1 Resultado

Resultado 1.5 – Métodos, técnicas e procedimentos de avaliação da implementação das ações de ensino superior sob responsabilidade do FNDE pelos executores estaduais e municipais, formulados e testados visando identificar seu papel no alcance das metas do PNE 2014-2024 e propor subsídios para atuação do FNDE no próximo ciclo do PNE.

3.2 Atividade

Atividade 1.5.1 – Realizar diagnóstico sobre o alcance da execução das ações e contribuições diretas e indiretas das ações de ensino superior no atingimento das metas do PNE 2014-2024.

4. Justificativa

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, que tem como missão “prestar assistência técnica e financeira e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos”. Para desempenhar seu papel, o FNDE desenvolve uma série de iniciativas voltadas a apoiar o alcance das metas definidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

O PNE reúne diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, a ser executado durante um período de 10 (dez) anos. O Plano vigente, decênio 2014 a 2024, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, contém 20 (vinte) metas que conferem ao país um horizonte para o qual os esforços dos entes federativos e da sociedade civil devem convergir, com vistas à consolidação de um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação, previsto no art. 205 da Constituição Federal de 1988.

Em razão de seu papel institucional, o FNDE é requerido em ações judiciais por todo o Brasil e,

em conjunto com a Advocacia Geral da União (AGU), atua em sua defesa por meio de subsídios. O sucesso ou não das teses defendidas pela Autarquia é tema bastante relevante e deve ser alvo de constantes análises para aperfeiçoamento.

Diante disso, necessário se faz o levantamento, a seleção, a análise e o diagnóstico das demandas judiciais relacionadas ao FIES. Para tanto foi solicitada a contratação de consultoria técnica e especializada.

5. Atividades que deverão ser executadas, conforme perfil profissional:

5.1 CONSULTOR 1:

- a) Realizar levantamento de demandas judiciais em curso e/ou finalizadas;
- b) Selecionar os processos judiciais que serão objetos do produto;
- c) Analisar as teses argumentativas dos subsídios que levam a resultados positivos ou negativos nas ações judiciais selecionadas no item b;
- d) Elaborar documento contendo diagnóstico, apontando o sucesso ou não das teses adotadas nos subsídios de defesa do FNDE.

5.2 CONSULTOR 2:

- a) Realizar levantamento de demandas judiciais em curso e/ou finalizadas;
- b) Selecionar os processos judiciais que serão objetos do produto;
- c) Analisar as teses argumentativas dos subsídios que levam a resultados positivos ou negativos nas ações judiciais selecionadas no item b;
- d) Elaborar documento contendo diagnóstico, apontando o sucesso ou não das teses adotadas nos subsídios de defesa do FNDE.

5.3 CONSULTOR 3:

- a) Realizar levantamento de demandas judiciais em curso e/ou finalizadas;
- b) Selecionar os processos judiciais que serão objetos do produto;
- c) Analisar as teses argumentativas dos subsídios que levam a resultados positivos ou negativos nas ações judiciais selecionadas no item b;
- d) Elaborar documento contendo diagnóstico, apontando o sucesso ou não das teses adotadas nos subsídios de defesa do FNDE.

6. Produtos ou resultados previstos, remuneração e cronograma de entrega

Consultor 1

Produto	Data de entrega	Valor do produto
Produto 1 - Documento técnico “A” contendo diagnóstico quanto ao aproveitamento dos subsídios de defesa das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, relativas ao abatimento de 1% para professor.	45 dias após a assinatura do contrato	R\$ 19.200,00
Produto 2 - Documento técnico “B” contendo diagnóstico quanto ao aproveitamento dos subsídios de defesa das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, relativas à revisão do saldo devedor.	120 dias após a assinatura do contrato	R\$ 19.200,00
Produto 3 - Documento técnico “C” contendo diagnóstico quanto ao aproveitamento dos subsídios de defesa das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, relativas à transferência de IES e/ou curso.	190 dias após a assinatura do contrato	R\$ 19.200,00
Produto 4 - Documento técnico “D” contendo diagnóstico quanto ao aproveitamento dos subsídios de defesa das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, relativas à exoneração de fiança.	260 dias após a assinatura do contrato	R\$ 19.200,00
Produto 5- Documento técnico “E” contendo diagnóstico quanto ao aproveitamento dos subsídios de defesa das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, relativas ao cancelamento/encerramento antecipado do financiamento.	330 dias após a assinatura do contrato	R\$ 19.200,00
Valor total do contrato por consultor		R\$96.000,00

Consultor 2:

Produto	Data de entrega	Valor do produto
Produto 1 - Documento técnico “A” contendo diagnóstico quanto ao aproveitamento dos subsídios de defesa das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, relativas ao abatimento de 1% para professor.	45 dias após a assinatura do contrato	R\$ 19.200,00
Produto 2 - Documento técnico “B” contendo diagnóstico quanto ao aproveitamento dos subsídios de defesa das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, relativas à revisão do saldo devedor.	120 dias após a assinatura do contrato	R\$ 19.200,00
Produto 3 - Documento técnico “C” contendo diagnóstico quanto ao aproveitamento dos subsídios de defesa das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, relativas à transferência de IES e/ou curso.	190 dias após a assinatura do contrato	R\$ 19.200,00
Produto 4 - Documento técnico “D” contendo diagnóstico quanto ao aproveitamento dos subsídios de defesa das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, relativas à exoneração de fiança.	260 dias após a assinatura do contrato	R\$ 19.200,00
Produto 5- Documento técnico “E” contendo diagnóstico quanto ao aproveitamento dos subsídios de defesa das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, relativas ao cancelamento/encerramento antecipado do financiamento.	330 dias após a assinatura do contrato	
Valor total do contrato por consultor		R\$96.000,00

Consultor 3:

Produto	Data de entrega	Valor do produto
Produto 1 - Documento técnico “A” contendo diagnóstico quanto ao aproveitamento dos subsídios de defesa das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, relativas ao abatimento de 1% para professor.	45 dias após a assinatura do contrato	R\$ 19.200,00
Produto 2 - Documento técnico “B” contendo diagnóstico quanto ao aproveitamento dos subsídios de defesa das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, relativas à revisão do saldo devedor.	120 dias após a assinatura do contrato	R\$ 19.200,00
Produto 3 - Documento técnico “C” contendo diagnóstico quanto ao aproveitamento dos subsídios de defesa das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, relativas à transferência de IES e/ou curso.	190 dias após a assinatura do contrato	R\$ 19.200,00
Produto 4 - Documento técnico “D” contendo diagnóstico quanto ao aproveitamento dos subsídios de defesa das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, relativas à exoneração de fiança.	260 dias após a assinatura do contrato	R\$ 19.200,00
Produto 5- Documento técnico “E” contendo diagnóstico quanto ao aproveitamento dos subsídios de defesa das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, relativas ao cancelamento/encerramento antecipado do financiamento.	330 dias após a assinatura do contrato	R\$ 19.200,00
Valor total do contrato por consultor		R\$96.000,00

7. Requisitos de qualificação

a. Formação acadêmica

Requisitos obrigatórios:

a.1 Diploma de conclusão de curso superior em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

a.2 Obrigatório possuir curso de pós-graduação em Direito.

b. Experiência profissional

Obrigatória experiência mínima comprovada de 5 (cinco) anos em atividades jurídico-administrativas no âmbito público federal.

Nota Explicativa: Entende-se como atividades jurídico-administrativas aquelas de gestão financeira e controle de processos, análise e diagnóstico organizacional, organização processual e registro de informações e gerência de informações e revisão de documentos.

b.2 Requisito desejável:

b.2.1 experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos no uso do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação — SIMEC — Módulo Demandas FIES.

b.2.2 experiências mínima comprovada de 2 (dois) anos no uso do Sistema AGU de Inteligência Jurídica — SAPIENS.

8. Processo seletivo

8.1 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato.

8.2 A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica. Nesse caso, os diálogos serão obrigatoriamente gravados.

8.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital.

8.4 A seleção simplificada é pautada pela análise de currículos e entrevista, conforme segue:

8.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Análise de Currículos – PC

- a) O candidato deverá cadastrar seu currículo na plataforma da OEI <https://oei.org.br/curriculo/> e se candidatar para a seleção.
- b) Serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora das datas de inscrição;
- c) Nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência;
- d) A pontuação desta etapa (PC) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Formação Acadêmica e Experiência Profissional;
- e) O total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.
 $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$;

8.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE

Serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos -, considerando 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas. As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;

- a) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- b) A pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;
- c) O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato: $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$;

8.4.3 TERCEIRA ETAPA

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;

- c) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- d) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- e) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- f) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- g) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- h) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

8.5 Critérios de avaliação

8.5.1 Formação Acadêmica – requisito obrigatório - Diploma de conclusão de curso superior em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

8.5.2 Experiência Profissional (Pontuação Máxima – 9,0 pontos)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Obrigatória experiência mínima comprovada de 5 (cinco) anos em atividades jurídico-administrativas no âmbito público federal. <u>Nota Explicativa:</u> Entende-se como atividades jurídico-administrativas, aquelas de gestão financeira e controle de processos, análise e diagnóstico organizacional, organização processual e registro de informações e gerência de informações e revisão de documentos.	3 pontos: 7 anos ou mais de experiência 2 pontos: 6 anos ou mais de experiência 1 ponto: 5 anos ou mais de experiência
Desejável experiência mínima comprovada de 2 (dois) anos em conhecimento do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação — SIMEC — Módulo Demandas FIES.	3 pontos: 3 anos ou mais de experiência 2 pontos: 2 anos e 7 meses a 2 anos e 11 meses de experiência 1 ponto: 2 anos até 2 anos e 6 meses de experiência
Desejável experiência mínima comprovada de 1 (um) ano no uso do Sistema de Inteligência Jurídica — SAPIENS	3 pontos: 2 anos ou mais de experiência 2 pontos: 1 ano e 7 meses a 1 ano e 11 meses de experiência 1 ponto: 1 ano a 1 ano e 6 meses de experiência

8.5.3 Entrevista (Pontuação Máxima – 1,0 pontos)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Domina os assuntos relativos à sua contratação, como: 1. Conhecimento teórico sobre as ações relativas ao FIES	Até 1,0

Serão exigidos documentos comprobatórios relativos à formação acadêmica e experiência profissional (itens 8.5.1 e 8.5.2).

9. Vigência do contrato: Em 11 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato.

10. Valor total do contrato por consultor: R\$ 96.000,00 pelo total de produtos entregues, por consultor, com os pagamentos distribuídos em 05 (cinco) parcelas.

11. Número de Vagas: Total de 3 (três) vagas categorizadas em 3 (três) perfis técnicos.

12. Local de Trabalho: As atividades serão desenvolvidas em Brasília (DF).

13. Considerações gerais

Os produtos deverão ser entregues, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital e capa contendo nesta a assinatura do consultor.

A execução dos trabalhos previstos neste Termo de Referência não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004.

O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, sem a necessidade de estar presencialmente na Sede do FNDE. Os encontros presenciais poderão ocorrer durante a execução da Consultoria, desde que previamente agendados, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadas se darão por conta do próprio Consultor.

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia.